

## Capítulo 9

# A modelagem das identidades e da obediência: uma dinâmica assassina

Não é preciso crer numa origem sobrenatural do mal: o homem sozinho é perfeitamente capaz de toda perversidade.

Joseph Conrad, *Under western eyes*

Há provas terríveis da violência sofrida por vítimas da repressão praticada pelas forças de segurança no Brasil. Devemos enxergar o policial que sistematicamente praticou esse tipo de atrocidades como basicamente anormal? Ou devemos ver os perpetradores de atrocidades, pelo menos inicialmente, do mesmo modo que qualquer outra pessoa? Serão, talvez, os perpetradores de atrocidades modelados e moldados, especialmente como adultos, para seus papéis e suas ações de violência? Será, pois, a atrocidade acima de tudo um produto de determinados tipos de mensagem ideológica, estruturas organizacionais e sistema de interação interpessoal – tudo isso criado e legitimado por ação e inação do Estado?

Embora seja tentador encarar os que torturaram e assassinaram no Brasil como personalidades patologicamente extraordinárias, grande parte das pesquisas sociopsicológicas em outros contextos nos afastam dessa conclusão. Impressionante conjunto de estudos, recentes e antigos, que salientam a natureza “comum” dos que cometem atos inimigáveis de

maldade demonstram que, em muitos casos, esses perpetradores são induzidos ou seduzidos a praticar atrocidades. Eles foram sujeitos a poderosas forças situacionais que afrouxam os modos habituais de funcionamento moral (Bandura, 1999). No corpo de provas sobre a produção do lado mais escuro da natureza humana, encontram-se a pesquisa de Browning (1992) sobre as tropas alemãs de reserva que foram transformadas em esquadrões móveis para matar judeus poloneses; a de Chandler (1999) sobre a burocracia do terror nas famosas instalações de tortura Tuol Sleng S-21 de Pol Pot; a de Conroy (2000) sobre o desenvolvimento de torturadores em vários países diferentes; a de Gold (1996) sobre depoimentos de agentes da infame unidade médica 731 do Exército Imperial Japonês; a de Haritos-Fatouros (2002) sobre o programa especial de treinamento que criou os torturadores militares gregos; a de Milgram (1974) sobre o surgimento da obediência cega à autoridade em ampla gama de participantes civis norte-americanos em um experimento; a de Zimbardo (1970), a de Haney, e a Banks e Zimbardo (1973) sobre o poder da estrutura e das normas institucionais de um presídio simulado para transformar estudantes normais em torturadores principiantes. Esse farto corpo de pesquisas, de que se tratará em maior detalhe na conclusão deste livro, demonstra que a atrocidade pode ser produto de pessoas “comuns” que se encontram em determinados tipos de trabalho, estrutura e processo organizacional que modelam sistematicamente as ações na direção de resultados violentos.

Nos dois próximos capítulos, examinaremos várias versões dessa perspectiva e algumas explicações alternativas à luz dos dados das nossas entrevistas, começando pelo foco deste capítulo sobre o treinamento preparatório, especialmente dos

que se tornaram executores. Em geral, porém, este capítulo e o próximo afirmam que os contextos social e político em que o trabalho de atrocidade é preparado e executado são variáveis importantes. Essa perspectiva leva-nos a considerar não só os perpetradores diretos, que cometem imediatamente as atrocidades sancionadas pelo Estado, mas também os facilitadores – os que tomam as decisões políticas e os altos funcionários do controle social, bem como os médicos, tabeliães, guardas e até mesmo alguns policiais comuns – que, indiretamente, promoveram, alimentaram, protegeram e mantiveram ocultas as perversidades dos perpetradores. Essa perspectiva não retira dos perpetradores diretos das atrocidades a responsabilidade moral e política, nem diminui sua responsabilidade por esse tipo de violência. Ao contrário, nossa abordagem organizacional sociopsicológica e sociopolítica amplia a responsabilidade pela atrocidade, com a inclusão dos atores auxiliares e das entidades organizacionais muitas vezes omitidos de uma equação da atrocidade, uma fórmula A-B-C-D que consiste de: <A>, facilitadores internacionais; <B>, nacionais; <C>, comunidades circunstantes; <D>, perpetradores diretos. Ao considerar a atrocidade sistêmica como algo mais que o ato de cada perpetrador direto autônomo, essencialmente perverso, revelaremos novas informações a respeito da dinâmica da tortura e do assassinato patrocinados pelo Estado brasileiro. O estudo de Feitlowitz (1998), sobre os facilitadores da atrocidade na Argentina, ensina-nos como essa compreensão dirige a atenção para as questões mais amplas do como a tortura e o assassinato por agentes estatais devem ser julgados e como se poderá evitar essas atrocidades no futuro.

## Conceptualização da atrocidade

Este capítulo examina os depoimentos dos catorze perpetradores diretos de atrocidades comprovados deste estudo, bem como os nove entrevistados a cujo respeito não existe nenhuma prova direta de que tenham torturado ou assassinado sistematicamente em nome do Estado. Embora rotulemos esses nove policiais como “facilitadores auxiliares”, reconhecemos, não obstante, que suas entrevistas não garantem por si sós que nunca tenham torturado ou assassinado alguém. Ao mesmo tempo, sabemos que esses policiais facilitadores sustentaram jamais haver praticado diretamente esse tipo de violência. Reconhecemos que esse tipo de negativa também foi inicialmente comum aos perpetradores diretos. Neste último caso, porém, ou os próprios perpetradores diretos acabaram por revelar que, de fato, haviam cometido atrocidades, ou seus passados comprovados ou vividos os denunciavam. Este tipo de informação jamais foi descoberta no caso dos facilitadores entrevistados. Ao mesmo tempo, há ampla evidência de que os policiais facilitadores foram (pelo menos) participantes tácitos das atrocidades – entregando vítimas aos torturadores, assistindo a torturas ou assassinatos, tomando conta de prisioneiros e ficando quietos enquanto as atrocidades ocorriam.

Em um exemplo dramático do papel desempenhado na violência por um facilitador de atrocidades, um policial militar explicou que, na década de 1980, trabalhara com um parceiro jovem que tinha um “caráter cruel”. Esse homem

pegava um indivíduo na rua, levava-o para o posto da polícia civil, onde colocava um saco preto em [sua] cabeça (...) e dava uma surra [no homem]. Socavam e batiam no cara até

arrebentar. Machucavam ele tanto que ele defecava e urinava nas calças.

O policial militar facilitador de atrocidades explicou que “os [policiais com quem trabalhava] deixavam que ficasse olhando porque [ele] era novo na corporação”. Embora esse entrevistado achasse que o parceiro que praticara essas agressões físicas “era um covarde. (...) Não se devia tratar seres humanos desse jeito”, ainda assim continuou com o parceiro violento durante seis meses – no mínimo, como participante silencioso da violência do parceiro “covarde”. Em todo caso, o silêncio desse policial militar foi garantido pela advertência feita pelo parceiro de que se dissesse “alguma coisa, morreria”.

Se podemos, na verdade, acreditar plenamente, em cada caso, que tal facilitador não perpetrou diretamente atrocidades sistemáticas, fica claro que seu envolvimento direto nesse tipo de violência jamais veio à tona na mesma medida em que veio em relação aos perpetradores diretos da violência. Por essa razão, firmamos o pressuposto analítico de pesquisa de que os policiais facilitadores constituem um grupo de comparação viável para descobrir as diferenças potenciais nas histórias de vida, experiências de treinamento e dinâmica de trabalho, entre os perpetradores diretos e esses facilitadores de atrocidades. Ao analisar o treinamento, as atribuições de função, as jurisdições operacionais e os padrões de carreira desses dois conjuntos de policiais, esperamos poder revelar algumas diferenças sociopsicológicas e organizacionais entre eles.

Nossa perspectiva teórica para levar a cabo esse tipo de análise, um modelo seqüencial de causalidade, supõe que fatores causais antes se desenvolvem em seqüência ordenada ao longo do tempo do que chegam todos juntos a determinado

ponto para produzir determinado resultado – este último, um modelo simultâneo de causalidade. Sociopsicologicamente, o modelo seqüencial postula que os perpetradores de atrocidades, bem como os seus facilitadores, são moldados dentro de sistemas sociais interacionais e organizacionais dinâmicos. Segue-se que as identidades das pessoas em um sistema de atrocidades, sejam perpetradores diretos ou facilitadores – bem como os motivos que estimulam sua violência e sua autojustificação para ela – desenvolvem-se e alteram-se ao longo do tempo. No decorrer do processo, o que pode ter sido causa de um comportamento violento em dado ponto desse sistema pode não ser em outro ponto no processo de modelagem (Becker, 1967; Toch, 1969). Esse modelo seqüencial permite que se descubra a dinâmica sociopsicológica e organizacional emergente da atrocidade.

Por exemplo, podemos descobrir as razões do primeiro assassinato cometido por um policial, mas essas podem não explicar por que ele, a partir de então, cometeu assassinatos regularmente como membro de uma equipe assassina de elite. O policial pode ter inicialmente cometido assassinato por “paixão”, por acidente ou porque recebeu ordem ou foi forçado a isso. Contudo, o fato de um policial perpetrar assassinatos regularmente pode corresponder a uma dinâmica diversa. Toch (1996: 108) relata que é relativamente imprevisível se saber se há probabilidade de uma pessoa cometer um primeiro ato de violência, enquanto, em relação ao perpetrador freqüente de violência, a probabilidade de continuar é muito elevada. O policial perpetrador de violência em série pode ter sido modelado, em primeiro lugar, simplesmente por ter feito parte de um sistema de assassinato – por exemplo, o processo de treinamento ou trabalho modelou o agente para ser seu fiel servidor – e, em segundo lugar, por atores auxiliares que treinam e protegem os assassinos e punem os que não se dispõem

a cometer as atrocidades. Esses facilitadores de atrocidades podem promover oportunidades que beneficiam social, econômica, profissional ou politicamente pelo assassinato, mediante promoções para os que, “eficientemente”, torturam ou assassinam os transgressores. Todos esses fatores naturalmente terão impactos diferentes sobre atores diferentes. Por exemplo, o que pode causar a violência dos perpetradores diretos pode não explicar as ações dos facilitadores. O fato de que a atrocidade é incitada de maneiras diversas por pessoas de *status* sociais diferenciados indica a complexidade dos sistemas de atrocidade centra a atenção analítica no papel dos climas políticos que legitimam o controle social violento, sua hierarquia e suas unidades especializadas.

Contudo, há poucas pesquisas sobre atrocidade como sistema sociopsicológico e político-organizacional seqüencialmente desenvolvido, constituído de facilitadores e perpetradores diretos. Um microestudo interessante que aponta para essa mescla de papéis do sistema de atrocidade descreve as mudanças de atitude e identidade entre carcereiros de corredores da morte norte-americanos. Embora a maioria desses homens não tenha escolhido trabalhar no corredor da morte – tendo ingressado no trabalho prisional para ser guardas comuns –, *Death work*, de Johnson (1997), demonstra que, uma vez no corredor da morte, eles foram socializados em uma “cultura da execução”, e em um vocabulário a isso associado, que modelava os guardas como agentes aparentemente “raciais-legais” do assassinato determinado pelo Estado.

Nossa abordagem organizacional da atrocidade investiga uma gama de possíveis causas relevantes para a violência sistemática patrocinada e executada pelo Estado brasileiro, entre as quais, sempre que possível, os papéis reforçadores de facilitadores e perpetradores da atrocidade.

## Natureza versus criação: ser ou tornar-se um operário da atrocidade?

Tendo proposto que a atrocidade pode ser mais que a violência de alguns perpetradores originalmente "maus", devemos ainda considerar se os perpetradores diretos podem originalmente ter sido, do ponto de vista sociopsicológico, anormalmente diferentes dos facilitadores entrevistados. Poderia argumentar-se que os perpetradores diretos entraram para o trabalho policial ou foram recrutados para ele porque, como sadistas brutais, sentiam prazer na violência. A partir dessa premissa psicobiológica, o pesquisador poderia comparar a estrutura biológica e psicológica e os antecedentes familiares dos perpetradores diretos com os dos perpetradores auxiliares menos plenamente envolvidos. Embora não tenham sido projetadas para tratar da questão biológica, nossas entrevistas fornecem, não obstante, alguma informação sobre se os antecedentes familiares e as experiências de vida precoces podem ter contribuído para a atrocidade subsequente.

A partir das histórias pessoais dos entrevistados, vemos que somente um dos catorze perpetradores diretos de atrocidades – Jorge – sofreu na infância o tipo de trauma e violência continuado e grave que poderia tê-lo levado a ingressar na polícia como um modo de, no trabalho, usar ou exibir suas tendências agressivas. Jorge, como já vimos, fora separado dos pais durante a infância, quando o pai foi preso como estrangeiro francês "subversivo". Jorge e seus irmãos foram a seguir tirados de sua mãe, que sofreu um derrame e um colapso mental depois de ter sido estuprada pelas forças de segurança e de seu marido ter sido preso e deportado. Durante sua internação na Febem, Jorge esteve submetido a anos de violência. Em sua vida policial profes-

sional, manifestou todos os sintomas resultantes de uma associação entre o trauma da separação na infância e o abuso sofrido na Febem. Em suma, aprendera a viver sofrendo e manifestava um desejo de vingança. Isso pode ter levado Jorge a entrar para uma organização em que poderia mais facilmente praticar violência legitimada contra outras pessoas.

Porém, ao mesmo tempo, três dos facilitadores entrevistados, que aparentemente não tiveram participação direta em atrocidades sistemáticas, também relataram ter sofrido traumas e violência na infância e na adolescência de nível entre moderado e grave. Um desses entrevistados lembra que seu pai era muito autoritário, rigoroso e repressor. Um outro recorda que seu pai – militar e, depois, policial "duro" – foi violentamente assassinado quando o entrevistado era pré-adolescente. Este descreveu o assassinato do pai como um "choque terrível". O terceiro policial do grupo de comparação recordou que o pai, disciplinador rigoroso e alcoólatra, batia habitualmente nele e em sua mãe. Embora os números sejam pequenos, ainda assim evidencia-se que mais entrevistados da categoria do grupo de comparação não-atrocidade que entre os produtores de atrocidades relatam ter sofrido o tipo de trauma infantil que poderia ter resultado em se tornarem eles policiais como um meio de trabalhar usando ou exibindo suas predisposições agressivas e autoritárias.

Ao percebermos que os conjuntos de entrevistados podiam ter relutado em falar a respeito de violência familiar ou de outros eventos traumáticos de sua juventude, buscamos outro modo de saber se um homem podia ter estado originalmente predisposto para o trabalho policial como modo de agir em consequência de seu ódio ou de outras predisposições violentas. Raciocinamos que, mesmo que um entrevistado não relatasse

diretamente ter sido levado à polícia por causa de sua associação com a violência, ainda assim podia indicar essa motivação de maneira mais indireta. Porém, esse tipo de motivos violento não foi comunicado nem pelos entrevistados facilitadores nem pelos perpetradores. Quanto a se algum policial admitiria ter ingressado na polícia por gostar da violência e por buscar o poder associado ao papel de policial, Glebbeek (2000: 11) descobriu, em estudo recente sobre novos recrutas da Polícia Nacional Civil (PNC) da Guatemala, que uma minoria deles afirmou haver ingressado para ter o poder que lhe seria conferido por ser policial – especialmente o que provém do uso do uniforme policial e do porte de arma. Nas palavras de um dos recrutas guatemaltecos, “gosto muito de portar uma arma”. Um outro afirmou que a atividade policial o atraía, porque os policiais “têm boas armas [e] belos uniformes”. Um estudo (Botello e Rivera, 2000) sobre as razões dos recrutas mexicanos para ingressar na polícia da Cidade do México demonstrou a franqueza desses policiais para informar até mesmo possíveis razões criminosas para ingressar naquela corporação. Como é comum o envolvimento de policiais em concussão e suborno, e os salários são baixos, a maioria dos policiais entrevistados da Cidade do México admitiu abertamente ter se tornado policial para “ganhar dinheiro fácil” ou para “acumular capital para dar início a um negócio”. Apenas uma minoria dos entrevistados da Cidade do México manifestou interesse pela aplicação da lei, que foi a mensagem comunicada com mais frequência por nossos entrevistados brasileiros.

De fato, dos catorze perpetradores de atrocidades, o maior número – seis (43%) – disse ter ingressado na polícia por gostar desse tipo de trabalho – sem mencionar nenhuma razão que se relacionasse com a violência: “[É] uma vocação, entrei porque

gosto disso”; “eu achava que o [trabalho de] policial preencheria o vazio de minha vida”; “Eu tinha assistido a um filme (...), *Detective story*, com o Kirk Douglas.<sup>1</sup> Fiquei fascinado pelos agentes, pela delegacia (...)”; “Como acabava de sair do Exército, ainda estava entusiasmado com a vida militar, então entrei para [a Polícia Militar do Estado de] Goiás”; “Ajudar as pessoas sempre me atraiu, desde criança (...) Sempre quis ajudar as pessoas [por isso entrei para a polícia]”. Três dos nove facilitadores auxiliares (a terça parte) ou lembravam de se haver tornado policiais por gostar do trabalho de um modo geral, ou não deram nenhuma razão específica para ter ingressado.

A primeira razão mais comum apresentada pelos perpetradores de atrocidades para ingressar na polícia – quatro dos catorze (29%) foi o fato de terem parentes na corporação; o a segunda – dois (22%) dos nove policiais do grupo de comparação – também foi essa razão; a terceira (14%; N=2) foi o fato de estarem desempregados. Um dos policiais disse ter ingressado na corporação para receber um pagamento regular.

Os dois conjuntos de depoimentos dos policiais não indicam ser mais provável que os perpetradores diretos apresentem a violência como motivo para ter entrado na polícia. De fato, tanto os perpetradores diretos quanto os facilitadores deram razões semelhantes para se tornar policiais: a atração de uma vocação interessante, o fato de familiares e amigos serem da

<sup>1</sup> Este é o único caso em que desconhamos que um entrevistado estava fornecendo algum indício indireto de que poderia ter entrado para a atividade policial pela excitação da violência. Em *Detective story* (1951), o detetive policial Kirk Douglas envolve-se em brutalidades. O entrevistado Julius mencionou, especificamente, haver admirado esse filme, cujo ator principal era Kirk Douglas. Contudo, Julius jamais mencionou diretamente essa violência e, na verdade, falou mais a respeito do que descreveu como os “quebra-cabeças” fascinantes que o detetive resolvia.

polícia, o salário regular e outras razões corriqueiras semelhantes. Até mesmo Jorge – assassino bem documentado cuja infância de abusos podia tê-lo predisposto a se tornar policial para exercitar seu ódio – aparentemente nem sequer foi ele próprio que optou por ser policial. Segundo Jorge – que estava no Exército antes de entrar para a Polícia Militar – seu superior lhe disse: “Jorge, ou nós o eliminamos, porque você se tornou uma pessoa perigosa [como] jovem vítima de um] sistema [violento] [ou] você entra para a polícia onde podemos vigiar você”. A carreira de Jorge na atrocidade indica como a hierarquia organizacional pode moldar um perpetrador de atrocidades, como este capítulo e o 10 demonstrarão em maior detalhe.

Tendo demonstrado que nossos 23 entrevistados ingressaram na atividade policial por uma gama de razões, entre as quais não se encontra especificamente a de exercer suas tendências agressivas, continuamos a examinar as histórias de vida dos operários da atrocidade. Isso levou-nos a estudar de que modo o treinamento policial preparatório pode ter moldado policiais brasileiros relativamente comuns como perpetradores de atrocidades.

## Socialização preparatória

A pesquisa sobre torturadores gregos realizada por Haritos-Fatouros (2002) e por Gibson e Haritos-Fatouros (1986, 1988) demonstrou que o treinamento preparatório de policiais militares foi utilizado para moldar recrutas da polícia do Exército grego como torturadores. Essa importante pesquisa contribuiu em muito para o estudo da atrocidade brasileira, mas deve reconhecer-se que as entrevistas foram feitas com homens que se tornaram principalmente torturadores; os entrevistados deste

nosso estudo foram tanto torturadores quanto executores. Além disso, os entrevistados gregos eram na verdade soldados e não policiais civis. E, embora todos os entrevistados de Haritos-Fatouros tenham passado pelo treinamento preparatório, apenas pouco mais da metade dos 23 entrevistados brasileiros e, analogamente, só pouco mais da metade dos perpetradores de atrocidades brasileiros comprovados ou não tiveram treinamento preparatório algum, ou somente parte muito limitada dele.

Contudo, a despeito dessas diferenças entre os casos grego e brasileiro, e reconhecendo o papel potencialmente importante do treinamento preparatório na história de vida da atrocidade, é razoável que se examine a possível influência do treinamento preparatório na modelagem de alguns policiais brasileiros como certos tipos de perpetradores de atrocidades. No mínimo, o treinamento preparatório informa qual a missão e as expectativas da organização policial e transmite os modelos de conduta exigidos de seus membros. Ao modelar novos membros no etos da organização policial e comunicar suas expectativas comportamentais, tal treinamento pode ajudar no preparo para a violência mais comumente perpetrada pela organização.

## Diferentes resultados da atrocidade

É seguro supor que tipos diferentes de atrocidade exigem atitudes, habilidades e preparos diferentes. Por exemplo, as técnicas psicológicas, físicas e emocionais exigidas para se ocupar de sessões prolongadas de tortura muito provavelmente diferem das exigidas para o assassinato. Os torturadores precisam ser socializados em pequenas equipes funcionalmente organizadas que operam sigilosamente a portas fechadas. Os tortura-

dores devem desenvolver um relacionamento “emocional” manipulativo consciente com suas vítimas, tratando-as como indivíduos sem sentir empatia por elas. E precisam dominar técnicas para obter informações rápida e habilmente sem matar as vítimas. Devem encarar cada sujeito da tortura como parte de um processo incompleto em que as vítimas fornecem no máximo apenas parte da informação total necessária para completar a tarefa de coleta de informações.

Nessa dinâmica da atrocidade, o trabalho do torturador é relativamente lento e metódico, enquanto o do assassino frequentemente é rápido e espontâneo. O trabalho do torturador nunca se completa, enquanto o do assassino está temporariamente cumprido cada vez que alguém é assassinado. Os assassinos devem aprender a ver as vítimas potenciais como um perigoso agregado de “outros” sem rostos a ser eliminados “por reflexo”, sem pensar nada pessoal, apenas negócios. As vítimas são encaradas como nada mais tendo a oferecer ao sistema de controle social: matá-las é o término necessário e o resultado adequado do trabalho do assassino. Indicando a natureza parcial e sempre incompleta da tarefa do torturador, em comparação com a finalidade e o fechamento da do assassino, um torturador brasileiro – que não é um de nossos entrevistados – afirmou que não é “como o assassino que faz uma marca em seu revólver cada vez que mata alguém” (Veja, 1998: 42)

Sem perder de vista a possibilidade de que diferentes tipos de treinamento possam estar associados a diferentes resultados de atrocidade, começamos por distinguir entre os entrevistados que haviam sido torturadores e os que haviam sido assassinos. Isso não foi difícil, porque nossa subamostra de perpetradores de atrocidades dividia-se muito claramente entre torturadores e assassinos – havendo, no máximo, dois policiais

que se sabia terem praticado ambos os tipos de violência. Examinando as filiações organizacionais dos dois tipos de perpetradores de atrocidades, vimos que a maioria dos torturadores havia sido de policiais civis e a dos assassinos, de policiais militares. Essa divisão do trabalho da violência corresponde, na verdade, ao que os pesquisadores sobre os policiais brasileiros geralmente encontraram: é mais provável que a Polícia Militar – que realiza o policiamento das ruas e detém suspeitos – cometa assassinatos, enquanto a Polícia Civil – que processa os casos, interroga e investiga os crimes – esteja o mais das vezes associada à tortura física e psicológica (Caldeira, 2001; Huggins, 1998; Mingardi, 1991).

Contudo, em nossa amostra, a maioria dos policiais civis entrevistados não passaram sequer por treinamento preparatório: dos nove policiais civis da amostra de 23 entrevistados, oito dos quais perpetradores de atrocidades comprovados a maioria não teve ou teve muito pouco treinamento preparatório formal. Assim, a atrocidade não poderia ser atribuída com segurança ao treinamento preparatório formal. Ao mesmo tempo, todos os policiais militares – catorze dos 23 da amostra, seis dos quais perpetradores de atrocidades comprovados – haviam sido submetidos a entre quatro e seis meses de treinamento preparatório. Reconhecendo que somente os policiais militares receberiam sistematicamente treinamento preparatório, examinamos o possível papel por este desempenhado na modelagem de alguns dos policiais militares entrevistados como perpetradores de atrocidades. Procuramos, especialmente, descobrir os componentes do treinamento preparatório que pudessem diferenciar os oito policiais militares facilitadores dos seis policiais militares perpetradores de atrocidades. Examinamos o papel desse treinamento na modelagem dos homens para realizar agressões

físicas e assassinatos, as atrocidades mais freqüentemente cometidas por policiais militares.

### O treinamento dos policiais militares: rotinização da obediência e agregação das vítimas

O objetivo primordial do treinamento dos policiais militares brasileiros era criar obediência cega à autoridade entre policiais que tinham de empregar a violência automaticamente contra um inimigo sem rosto. Porém, embora durante o período militar esse tipo de ação fosse legitimado por uma ideologia de “segurança nacional” culturalmente difusa, essa ideologia não era necessariamente abraçada automaticamente por todos os policiais militares em treinamento. De fato, mesmo entre os que aceitavam a ideologia da “segurança nacional”, está muito longe de ser certo que isso fosse o que os levava a cometer atrocidades. Porém, na medida em que a ideologia da segurança nacional os ajudava a justificar suas atrocidades, então essa ideologia contribuía para favorecer atrocidades a longo prazo. Por essa razão, este capítulo e o próximo tentarão isolar as complicadas relações causais entre ideologia da segurança nacional e atrocidade.

Por exemplo, de nossa amostra de policiais militares, treze dos catorze entrevistados haviam ingressado na corporação quando a ideologia da segurança nacional se infiltrara academicamente no currículo de treinamento dos policiais militares (Huggins, 1998). Ao mesmo tempo, apenas cinco desses treze eram perpetradores de atrocidades comprovados. Além disso, entre eles, alguns policiais militares lembram-se que aceitavam e alguns se recordam de tratar com desdém os ensinamen-

tos relativos à segurança nacional. Isso indica que a ideologia da segurança nacional pode ter sido uma condição necessária, mas não suficiente para transformar esses treinandos em perpetradores de atrocidades. É muito provável que tivesse um papel na validação e na legitimação das atrocidades para cuja execução os entrevistados haviam sido preparados e que aprendiam a praticar.

Quanto aos fatores associados ao treinamento preparatório que podem ter mais diretamente criado um fundamento para se cometerem atrocidades, em geral, e assassinato, em particular, fundamental entre eles era a modelagem da obediência do treinando à autoridade militar. Isso parece ter implicado inúmeras estratégias de “desindividualização” para desmontar a identidade e a individualidade prévias do treinando, aviltando seu *status* anterior e remoldando-o sob a forma de uma nova identidade grupal controlada pela Polícia Militar (Zimbardo, 1970). O mais importante desses fatores era o “trote”. Ele tinha papel central na criação da obediência, na modelagem da violência como instrumento viável de controle e no “descomprometimento” moral dos perpetradores da violência quanto à responsabilidade por seus atos.

O processo de aviltamento e remodelagem da identidade começava antes mesmo que muitos treinandos tivessem ao menos chegado à Academia da Polícia Militar. O aviltamento do *status* muito provavelmente tinha a primeira demonstração pública ao ser transportados para a Academia, sem qualquer consideração, sobre a carroceria nua de um caminhão – como gado sendo levado para o matadouro. Vários policiais militares entrevistados lembram-se de haver esperado em uma esquina no dia em que deviam ser recolhidos para o treinamento preparatório da academia. O caminhão de transporte da Polícia Militar para-

va por pouco tempo na esquina dando ao futuro treinando apenas alguns segundos para saltar para cima do caminhão. Sem ter onde se segurar, os entre cinquenta e 75 estranhos a caminho da Academia amontoavam-se como animais. Durante uma hora ou mais, os futuros treinandos eram chacoalhados sem nenhum conforto na carroceria superlotada do caminhão, chegando à Academia sujos, desgrenhados e cansados. A primeira “saudação” que recebiam era uma arenga injuriosa de um oficial instrutor. Ele ordenava que formassem uma fila à medida que saltavam do caminhão tropeçando uns sobre os outros para obedecer as suas ordens.

Depois da breve fala de “boas-vindas” do oficial instrutor, que incluía uma enérgica esculhambação sobre a aparência suja e desordenada dos treinandos e de sua falta de “disciplina militar”, os treinandos marchavam até um prédio próximo onde eram rapidamente barbeados e submetidos a um corte de cabelo “estilo militar”. Em seguida, em forma, as fileiras de treinandos deslocavam-se até os alojamentos que lhe haviam sido designados, onde cada um recebia um uniforme de treinamento e um número de identificação. Um dos policiais militares facilitadores de atrocidades lembrou-se que, no primeiro dia que passou na Academia, entrou “na fila [e] ficou lá. Recebi um número, como se fosse um prisioneiro de guerra, um prisioneiro comum. Assim que você recebe um número, isso é como uma senha e você deixa de existir como pessoa [e] se torna um número”. Além desse número arbitrário que vinculava numericamente a identidade do treinando às identidades homogêneas dos demais treinandos, o novo treinando também recebia um “*nom de guerre*”. Esse “nome de guerra” podia ser uma versão abreviada do próprio nome do treinando ou um nome completamente diferente. Em qualquer caso, seu “nome de guerra” era escolhido pela organização da

Polícia Militar, não sendo de sua escolha ou da de seus colegas. O policial militar Roberto, antigo líder de um esquadrão da morte, lembrava que “todos nos chamávamos pelos nossos nomes militares [de guerra]. Era raro chamar alguém por outro nome”. Simbolicamente, o “nome de guerra” designava o tipo de treinamento que o homem receberia para a guerra e o tipo de ação policial que ele iria praticar – repressão violenta generalizada contra um “inimigo” tomado como um todo.

Não sendo mais identificado como o homem que fora e, a partir de então, como um “guerreiro” que tinha um “nome de guerra” e um número que ocultavam sua identidade, a verdadeira identidade do treinando fora separada de seu *status* civil e estava então madura para ser remodelada como uma identidade inteiramente militarizada.

## Exercícios e aulas militares

Tudo a respeito do treinamento da Polícia Militar constava no protocolo militar. No primeiro dia completo do treinamento na academia, ele era arrancado da cama às 4h30 da manhã aos “berros de ‘rápido, aprontar-se’ e ‘entrar em forma’”. Um policial militar facilitador de atrocidades do grupo de comparação lembrou que “ao raiar do sol, os oficiais chegavam aos alojamentos onde estávamos dormindo e começavam a agitar, acordavam todo mundo, jogavam gás lacrimogêneo, jogavam água nas pessoas, faziam a gente formar fila completamente encharcados ao romper da aurora”. Tendo apenas alguns minutos para se vestir, os treinandos tinham de correr meio vestidos para o escuro da manhã, calçando meias e sapatos enquanto entravam em forma desajeitadamente. Outro policial do grupo de

comparação lembrou que, em seu primeiro dia completo na academia, “deram dois minutos para [levantar e] se vestir e entrar em forma. Ainda não tínhamos tido nenhuma experiência de ficar completamente equipados, com as botas calçadas, impecavelmente arrumados. Dois minutos para obter [toda essa] informação [e estar em forma para os exercícios]!”. Os treinandos da Polícia Militar começavam a ter uma experiência que se parecia muito mais com um acampamento de recrutas do Exército que com a preparação para uma ação policial civil em tempo de paz. Mas naquela época, para o governo militar do Brasil, o país estava em guerra contra a “subversão”.

Uma vez na fila, esperava-se que os treinandos reagissem profissionalmente às ordens de comando, mas, como lembrou um dos perpetradores de atrocidades, “eu era civil, não sabia marchar. Não conseguíamos acertar o passo. Nosso grupo era um desastre”. Um policial do grupo de comparação recorda que as “provocações” do oficial superior logo começavam:

Ele [tinha] uma cara malvada, carrancuda, muito macho, muito homem mesmo. Começa dizendo que é melhor do que todo mundo, demonstrando que tem autoridade, mostrando que detém o poder e que devemos nos submeter a ele, (...) fazer tudo quanto ele quiser de nós dentro de limites legais. Depois disso, o ego de todo mundo está ferido, todo mundo se sente diminuído.

Depois de ser designado para um pelotão, os treinandos começam a fazer treinos e exercícios físicos rigorosos antes ou depois de um café da manhã de trinta minutos. A rotina do exercício físico normal do treinando implica uma mistura de exercícios de ordem unida, tipo militar, ginástica, inúmeras corridas de velocidade e flexões na barra fixa, carregar outros

nas costas, arremeter contra uma cerca de arame farpado. O ciclo de treinamento interrompia-se ao meio-dia para almoço de entre trinta e noventa minutos. O dia de trabalho terminava comumente às cinco ou às seis horas da tarde, seguido pelo jantar às sete horas – catorze horas ou mais desde o início do dia do treinando.

Quanto ao lado acadêmico do treinamento, as aulas distribuíam-se por todo o dia, entremeadas com o treinamento físico e operacional. Os soldados rasos treinandos da Polícia Militar estudavam português, ciências criminais, código penal brasileiro, defesa pessoal, higiene, relações públicas e teorias sobre o controle de multidões e administração da população. Os que estavam em treinamento para se tornar oficiais tinham cursos sobre procedimentos criminais legais, legislação penal e “sociologia, relações humanas públicas [e outros] assuntos na área social”. Tinham também treinamento tático. Recordando seu treinamento na Academia, um oficial da Polícia Militar que posteriormente cometeu atrocidades observou que seu programa fora primordialmente “orientado para uma [combinação de] treinamento, disciplina e hierarquia”. Outro policial militar perpetrador de atrocidades recorda que seu treinamento compunha-se dos “exercícios [normais] de ordem unida [e] manobras de campo [e também] treinamento para confrontos em guerra [e] ação bélica de guerrilha e contra-guerrilha”. Este entrevistado sustenta que o treinamento da Polícia Militar tornou-se “muito militarizado” depois da tomada do poder pelos militares, chegando ao auge em 1967 – ano em que ingressou na corporação. Um facilitador de atrocidades do grupo de comparação concorda que o treinamento preparatório da Academia da Polícia Militar fora “muito mais um treinamento militar do que um verdadeiro treinamento de policiais profissionais”. Lembrando-se

de uma experiência de treinamento que teve, semelhante a uma operação policial do grupo de comparação revelou que os treinados “eram obrigados a rolar no mato, por cima de espinhos, paus, pedras, como se fossem porcos (...) [Se] se ferisse (...) o instrutor achava muito divertido. Ele treinava o policial para ir à guerra, não para proteger o povo (...) Jogavam bombas de gás [lacrimogêneo] dentro da sala de aula para as pessoas se acostumarem com o gás”.

## O trote e a obediência

Embora o objetivo operacional declarado do treinamento da academia fosse ensinar futuros policiais militares a como funcionar em “condições de combate” como na guerra, o que dava a esse treinamento sua qualidade militar distintiva era o objetivo operacional subjacente – modelar a obediência. Isso se criava mediante o “trote” físico e psicológico, processo que proclamava e reforçava a posição do treinando como subalterno na organização da Polícia Militar. De um modo geral, o trote envolve os membros de uma organização pelo emprego de dor física e/ou psicológica para “iniciar” os futuros membros na consciência e na “cultura” corrente do grupo. Seu objetivo mais específico é criar obediência à autoridade organizacional e apoio irrefletido a ela. No caso do treinamento de policiais militares, isso significava obedecer a uma autoridade que promovia e legitimava a violência. O trote tinha por objetivo desindividualizar o treinando, um processo que separa a pessoa dela própria mediante a punição de todo e qualquer comportamento que não se relacione ou provenha de uma identidade coletiva controlada pela organização.

A maior parte do trote no treinamento da Polícia Militar brasileira assumia a forma de rituais de “aviltamento de *status*” (Becker, 1967) que proclamavam a transição de um treinando de um *status* normal e imaculado para um outro aviltado e sujo. Entre os mecanismos para a realização disso, estavam, além de trocar o nome de batismo do treinando por um número e um “nome de guerra”, o uso abusivo de xingamentos, de exercícios e punições fisicamente exaustivos, comandos incoerentes e ordens tipo dividir e dominar. Mediante esse trote psicológica e fisicamente violento, os instrutores da Polícia Militar suprimiam a individualidade do treinando e o subordinavam a uma hierarquia que arbitrariamente promovia e legitimava a violência. No decorrer do processo, o treinamento dos policiais militares, em geral, e o trote, em particular, ofereciam lições sobre a aceitabilidade da violência para alcançar os fins desejados. Isso também “descomprometia” moralmente a violência quanto às apreciações legais, sociais ou morais. É interessante assinalar que esses rituais de aviltamento são comumente praticados contra prisioneiros nos Estados Unidos assim que eles entram em uma unidade correcional.

O xingamento abusivo, estratégia comum de trote no treinamento dos policiais militares brasileiros, freqüentemente implicava a técnica de designar o treinando para ser o “bicho” de um policial militar mais antigo. Fernando, perpetrador de atrocidades que encarava favoravelmente essa prática, lembra-se que “bicho” era o “nome que usavam para a pessoa que começa [seu treinamento]: Você é meu ‘bicho’ (...) Cada veterano escolhe seu ‘bicho’ para ajudar e para judiar”. Fernando lembra-se de um incidente no treinamento em que “estávamos no refeitório [e havia] dois veteranos e dois ‘bichos’ [treinandos] sentados ali (...) Na hora de servir a carne, [os veteranos pega-

ram] a carne [dos treinandos]. A sobremesa [dos treinandos também] era deles. De modo que tínhamos de comer o que sobrava (...) Os primeiros dois meses [de treinamento] eram um massacre”. Um outro perpetrador de atrocidades lembrou-se de uma vez que seu pelotão tinha de “arrastar-se no chão como cobra; eles pisavam em você, xingavam de ‘animal’ e de uma porção de coisas que não tinham nada a ver com seres humanos. Ensinavam a gente a ser desprezível”.

Assinalando a função de controle social desse tipo de rotulagem depreciativa, um outro antigo perpetrador de atrocidades explicou que os “alunos mais antigos eram hierarquicamente superiores aos alunos mais novos (...), e todos nós éramos hierarquicamente inferiores aos oficiais da escola”. O título “bicho” não deixava dúvidas quanto à posição inferior do recruta dentro da hierarquia organizacional da Polícia Militar. Resgatando suas dolorosas lembranças dos xingamentos do tempo do treinamento, um dos policiais do grupo de comparação descreveu seu treinamento na academia como completamente aviltante: os oficiais gritavam: “Ei, você é um veado”; “Você é um monstro”; “Você é um idiota”. “Quando [o treinando] respondia [ao oficial] – [e] tinha que responder – ele tinha de dizer [ele próprio] que era um monstro”.

Treinos e exercícios físicos como punição também eram empregados para aviltar os treinandos. Os exercícios-padrão eram duros, mas os treinandos que não fossem capazes de cumprir as exigências de um “trotista” eram obrigados a fazer ainda mais exercícios – e mais rigorosos. Um policial militar do grupo de comparação lembrou de “ter sido castigado ao ser obrigado a fazer exercícios. Tudo [era] baseado em exercícios ou, às vezes, dando-lhe serviço noturno, retendo você durante toda a noite. Às vezes, chegávamos a ser retidos por não correr bem na

rua”. Outro policial do grupo de comparação recordou que “às vezes um sujeito caía exausto durante as manobras, por haver corrido muito (...) [Este e] os que [chegavam por] último [nos exercícios] já sabiam que iam ter que ficar no quartel durante o fim de semana. Isso sempre acontecia”. Outro policial militar do grupo de comparação afirmou convictamente que “os exercícios nos preparavam fisicamente. [Eram] uma forma de disciplina, nunca uma forma de punição”.

Não obstante, um policial militar de um esquadrão da morte, recordando com espírito crítico a natureza antitética de seu treinamento, explicou que os oficiais “dizem para você se sentar e, quase imediatamente depois, dizem para se levantar; você está se levantando e eles mandam você se sentar de novo. Essa sessão senta/levanta, que é uma forma de tortura; esgota fisicamente a pessoa”. Também é um meio de criar o ajustamento a um universo totalmente arbitrário, um ambiente orwelliano, onde os atos irracionais da autoridade definem a racionalidade e onde só faz sentido a disciplina irracional. Além disso, como explicou um assassino comprovado, “geralmente, [se deixávamos de obedecer a uma ordem de comando que nos era dada], nos impingiam cinquenta flexões de braço. Se a gente repetia a infração, ficava-se proibido de deixar o quartel no fim de semana”. O único modo de um treinando conseguir uma licença de fim de semana era demonstrando permanente obediência à organização da Polícia Militar. Resultado disso era que a organização e seus oficiais usavam a concessão de licença de fim de semana para controlar a conduta do treinando. Bernardo lembra que “todo mundo procurava manter uma conduta muito adequada para poder ver a namorada ou visitar os pais no fim de semana”. A punição máxima por deixar de corresponder às expectativas da academia era ser

mandado para a cadeia de lá e/ou ser eliminado do programa, ameaça que se erguia fortemente para os que não conseguiam ser modelados na cultura de tipo militar da organização da Polícia Militar.

A vida de um treinando na academia podia não ser tão difícil se ele tivesse só que aderir a um conjunto de exigências e regras organizacionais atingíveis e consistentes. Ele seria capaz de saber o que fazer e o que não fazer para não ter problemas. Porém, uma das maiores barreiras para os treinandos era evidentemente a natureza contraditória da maior parte do trote da academia. Na verdade, a essência mesma do trote era sua inconsistência. Um treinando não conseguia ser bem-sucedido em relação a uma voz de comando ou a uma expectativa sem infringir outras. Assim, o que quer que o treinando fizesse, estaria infringindo alguma regra. Resultado disso era que os treinandos sofriam punições constantemente. E como as expectativas dos oficiais eram, em geral, muito mais altas que o que um recruta novo podia cumprir com êxito ou realistamente, nem era preciso que um treinando realmente desobedecesse a uma regra para ser punido, bastava que deixasse de corresponder a padrões impossíveis.

Ao propor problemas que os treinandos não tinham condições de superar ou ao dar uma ordem que, para ser cumprida, exigia descumprir uma outra, os instrutores da Polícia Militar criavam o “desamparo aprendido” [*learned helplessness*] (Seligman, 1974). Isso fomentava a obediência do treinando à autoridade, tornando-o totalmente dependente daqueles que julgavam seu desempenho e o premiavam por “boa” conduta por ser um “bom garoto”. No decorrer do processo, o “desamparo aprendido” gerava a dependência dos treinandos em relação à organização cujos agentes aplicavam o trote. O treinando da

Polícia Militar que não conseguia ser suficientemente “desamparado”, resistindo a ser despojado de sua individualidade, representava uma ameaça à integridade organizacional. Um policial militar do grupo de comparação lembrou-se de um treinando que recebera ordem de fazer exercícios físicos difíceis e ficou

totalmente indignado [com a dificuldade das tarefas e] disse ao sargento que não faria mais porque estava totalmente morto de tanto treinar (...) [O sargento] tirou-o da fila e o levou para a prisão e decidiu expulsá-lo [do programa de treinamento]. Decidiram que ele não era um bom policial – que não obedecia às ordens porque um bom policial tem que obedecer às ordens, tem que fazer tudo o que lhe dizem sem a menor hesitação.

Um treinando que não conseguia realizar determinada tarefa do trote, tinha de ser abandonado, chafurdando em seu fracasso.

Da maior importância entre os mecanismos do trote para conseguir realizar a desindividualização, estavam as estratégias tipo dividir e dominar que puniam os treinandos por se ajudarem mutuamente. Vários entrevistados lembram que não lhes foi permitido ajudar outro treinando que havia caído durante um exercício de grupo sob pena de ser punidos por fazê-lo, tática que jogava os treinandos uns contra os outros. Roberto, policial militar que passou anos em um esquadrão da morte do Rio de Janeiro, reconheceu que em seu programa de treinamento “eles jogavam um amigo contra o outro”. Sustenta que os oficiais instrutores “punem todo mundo se [você] comete um erro, de modo que todos ficam contra [você]”. Um policial militar do grupo de comparação observou que “éramos estimu-

lados, pelo sistema de hierarquia, a ficar divididos”. Ele parece reconhecer que o trote, ao desencorajar os treinandos a se ajudarem mutuamente e, assim, a se unirem contra a organização, fortalecia a autoridade hierárquica e diminuía o desenvolvimento da solidariedade extra-organizacional entre os treinandos. Ou seja, o desenvolvimento do que Manning (Crank, 1998) chamaria de cultura policial “individualista”.

### Corredor polonês

A lição mais importante que o trote ofereceu no treinamento preparatório da Polícia Militar talvez tenha sido a modelagem que proporciona a aceitabilidade da violência. Um dos policiais militares perpetradores de atrocidades desprezou como “sem importância” a violência que vira ocorrer no trote: “alguns puxavam a orelha do calouro [dos treinandos], davam-lhe tapas na cabeça, mas nada [acontecia] de muito traumático, além dos limites da brincadeira bruta”. Esse alto funcionário da polícia sustentava, sem qualquer crítica, não haver “nada de exagerado” em dar trote nos treinandos batendo neles “sem deixar marcas” enquanto eles passavam por um “corredor polonês” formado por outros treinandos.

Lembrando penosamente de sua experiência de treinamento com o “corredor polonês”, um dos policiais militares do grupo de comparação revelou que esse trote consistia em

duas fileiras de policiais, uma de cada lado, e o policial [treinando] tinha que passar correndo pelo [corredor formado entre elas]. Se ele (...) não [é atingido], está salvo. Mas é raro

que o sujeito passe correndo pelo meio sem ser atingido. Eu me lembro de ter levado um murro no estômago – não sei se foi um soco ou um pontapé. Só sei que caí no chão desmaiado.

Em contraposição, um policial militar de um esquadrão da morte justificou essa e outras violências do treinamento por que ela faz você perder o medo, porque você se acostuma com tudo... Eu vi o que acontece a humilhação, as cacetadas na cabeça, os empurrões, os tapas no rosto (...) para criar aquele (...) ódio interior, a raiva, de modo que [o policial] estará pronto para tudo.

Na verdade, o “corredor polonês” também foi empregado regularmente pela polícia e pelos militares brasileiros durante o período militar contra os próprios políticos “subversivos” capturados.

Ao usar o trote violento contra e entre os treinandos, notoriamente para preparar os policiais militares para travar uma “guerra justa”, o currículo da academia “descomprometia moralmente” (Bandura, 1999) a violência policial de suas implicações e conseqüências políticas e morais negativas. Era comum que – especialmente os assassinos – afirmassem que uma vez que tivessem praticado sua violência em grupo, nenhum dos membros do grupo, isoladamente, precisava sentir qualquer responsabilidade direta pelos resultados violentos “do grupo”. Se todos os policiais de um grupo atiram, nenhum deles tem responsabilidade direta pela morte. Na verdade, nessas circunstâncias de total difusão de responsabilidades, ninguém sequer sabe quem terá disparado o projétil que matou o “suspeito”. A maioria dos esquadrões da morte utiliza uma estratégia de difusão semelhante ao usar muitas balas de festim e poucas balas de verdade.

## Efeitos do treinamento para a atrocidade

Tendo identificado os componentes do treinamento preparatório dos policiais militares que podem ter dado origem à atrocidade, ainda não é possível concluir que o treinamento realmente teve este efeito. Um passo no esclarecimento dessa questão é examinar se há alguma diferença entre perpetradores e facilitadores de atrocidades quanto à aceitação do trote. Embora nossos policiais militares entrevistados tenham passado pelo treinamento preparatório sem ser expulsos por insubordinação ou “fraqueza” – sinal de que o trote “atuou” sobre eles – ainda assim precisamos examinar as atitudes desses conjuntos de policiais militares treinados a respeito do treinamento preparatório, incluindo o trote. Se a aceitação positiva do trote for um preparo melhor para o trabalho de atrocidade que a não-aprovação, então devemos descobrir que os policiais militares que não cometeram atrocidades devem manifestar menor aceitação do treinamento preparatório de um modo geral.

De fato, descobrimos que, entre nossos policiais militares entrevistados, o grupo de comparação dos facilitadores de atrocidades parecia apoiar menos abertamente e ser mais explicitamente crítico quanto aos aspectos de desindividualização e de desumanização do treinamento preparatório. Por exemplo, um dos policiais do grupo de comparação observou que seu treinamento fora “para o fim exclusivo e único de torturar, de aviltar as pessoas. Não havia um ensino em andamento (...) [Os treinandos] não tinham armas, não tinham capacetes, não tinham equipamento algum”. Outro policial militar, facilitador de atrocidades, explicou criticamente que o treinamento em sua academia centrara-se em ensinar aos homens como “combater as pessoas”, e não os criminosos. Em suas palavras, o objetivo do

treinamento preparatório do policial militar não era “formar homens fortes, [mas sim] pôr homens na rua para cumprir as ordens [do governo]. Eles criavam policiais irados (...) [que] saíam do quartel sentindo-se mais amargos”.

Em contraposição, os seis policiais militares perpetradores de atrocidades comprovadas tinham poucas críticas explícitas em relação a seu treinamento preparatório e muito a dizer positivamente sobre ele. Bernardo, assassino que, como membro da Polícia Civil, veio a supervisionar tortura, descreve bastante favoravelmente o uso de exercícios físicos para implantar a autoridade: isso criava “disciplina (...) [e as] habilidades militares que eram exigidas em alto grau [pela Polícia Militar]”. Mediante exercícios punitivos, “realmente adquiríamos aquela consciência disciplinar profissional”. Um outro perpetrador de atrocidades, Roberto – ex-líder de esquadrão da morte e, ele próprio, assassino – crê que “a disciplina tem que ser aplicada com rigor” no treinamento de policiais militares, porque ela produz um policial disciplinado. Fernando, oficial da Polícia Militar, outro assassino, atribui a coragem de seus homens debaixo de fogo ao treinamento duro que tiveram na Academia da Polícia Militar: eles aprenderam “humildade [e] você deve ser humilde”. Fernando recorda que a humildade era inculcada principalmente por meio do trote: “Você vai polir minhas botas, faça o que mandamos. Você tem que saber obedecer”. Ele vê o trote como “um tipo de [atividade] que constrói valores. Cria respeito”.

Grande número de pesquisas dá suporte a Fernando e a outros perpetradores de atrocidades que defendem o trote pelo papel que desempenha na remoldagem das identidades dos treinandos e por gerar obediência à autoridade da Polícia Militar. Van Genep (1960) ilustra como os ritos de passagem tipo trote

das sociedades pré-industriais remodelam identidades. Haritos-Fatouros mostrou como o treinamento preparatório transformou os recrutas da polícia do Exército grego em torturadores e como treinamento semelhante modela os fuzileiros navais norte-americanos como unidades de combate de elite (Haritos-Fatouros, 2002). Contudo, qual é precisamente o papel do trote na remodelação de identidades? Sabe-se que as “fraternidades” das faculdades norte-americanas, há muito tempo, usam a “semana infernal” do trote e uma “noite infernal” final como parte integrante da seleção que fazem para a admissão de novos membros e para a criação de um sentimento de excepcionalidade entre os iniciados na “fraternidade” que conseguem êxito em superar os rituais aviltantes da organização. Como mostram as pesquisas sobre dissonância cognitiva, as pessoas gostam mais das coisas e dos grupos para a adesão aos quais se passa por maior sofrimento (Aronson e Mills, 1959).

## Entrando na sociedade

Quando que os treinandos da Polícia Militar se aproximavam do final do período de preparação prévia, enfrentavam o trote mais intenso e mais extenuante de todos: a “semana infernal”. Encerrando o período de treinamento e antecedendo a formatura, a semana infernal constituía um clímax violento do treinamento dos policiais militares que não tinha a menor pretensão de ser uma fase da preparação dos policiais para a transmissão de habilidades. Consistia muito simplesmente em um teste final da coragem e da disposição dos homens para a luta. Os treinandos eram xingados, humilhados, surrados, seus rostos eram metidos na lama enquanto faziam infundáveis flexões de

braço e tudo mais quanto os oficiais pudessem considerar como teste adequado da decisão do recruta. Como disse um policial do grupo de comparação a respeito da “semana infernal”, “Todo mundo passava por uma ‘lavagem’”:

Não diria que era uma lavagem cerebral, mas era uma lavagem física. (...) A tropa toda rolava sobre o capim e depois atravessava aquela vala cheia de óleo. Todo aquele sofrimento para no dia da festa [da formatura] poderem vestir seus uniformes lavados, engomados e passados como se nada tivesse acontecido.

Freqüentemente, a semana infernal terminava com um ritual semelhante ao batismo realizado por um dos oficiais instrutores em um “altar” improvisado. Em uma das partes dessa “cerimônia”, o treinando era obrigado a “receber a Eucaristia”, o que implicava beber sangue, urina ou algum outro líquido igualmente perigoso e nocivo do cálice “cerimonial” do instrutor que atuava como “sacerdote”. (“Receber a Eucaristia” foi também o eufemismo empregado para uma forma notoriamente violenta de tortura praticada por militares e policiais, que consistia em forte choque elétrico aplicado na boca ou nos genitais da vítima). Durante a versão dessa tortura na semana infernal da Polícia Militar, um oficial instrutor “oferecia” o líquido “eucarístico” a cada treinando. O treinando estava vestido de tal maneira e recebia tais tarefas de trote que acentuavam ainda mais seu aviltamento e sua impotência: com o corpo nu envolto por um lençol como manto e sem proteção contra o tempo, o treinando era obrigado a lançar-se ao chão e rolar na vala de óleo:

Há essa vala sobre a qual se troca o óleo dos carros. Ela está completamente cheia de óleo (...) aquele óleo sujo dos carros.

No treinamento, tínhamos que nos arrastar com ele pela cintura para chegar até o outro lado. Você estava um monte de sujeira quando [você acabava].

Depois disso, os treinandos eram obrigados a rastejar por um fosso de esgoto e, a seguir, por um túnel escuro, quase sem ar. Enquanto os treinandos, com água de esgoto envolvendo seus corpos, se arrastavam lentamente pelo túnel úmido e escuro como breu, uma bomba de gás lacrimogêneo era lançada ali dentro. Esse teste requintado da adaptação do treinando ao serviço da Polícia Militar avaliava sua determinação e sua coragem debaixo de fogo: aquele que sáísse correndo da vala nauseado por causa do gás e desesperado em busca de ar receberia então o dobro ou o triplo de desafios de trote. Os que não conseguiam agüentar esse teste final eram considerados impróprios para servir na Polícia Militar. Muitos ferimentos e às vezes mortes resultavam, e continuam a resultar, do trote da semana infernal.

Os treinandos que sobreviviam aos rituais dessa semana qualificavam-se para tornar-se policiais militares habilitados. A cerimônia solene de formatura da Academia da Polícia Militar geralmente durava a maior parte do dia e incluía coloridos desfiles patrióticos, hinos religiosos e cívicos e discursos de altos funcionários públicos e militares. No salão suntuoso, havia um novo turno de discursos e uma série de brindes aos distintos convidados para homenagear os oficiais e suas famílias e para os treinandos e seus parentes próximos. O novo policial militar, vestido com seu uniforme policial de gala, fortalecido pela força de sua organização policial e estimulado pelo rigor do treinamento recebido, tinha todos os motivos para deixar a cerimônia de formatura orgulhoso, cheio de energia e disposto a enfrentar o que quer que fosse. Após passar

pelo treinamento que demonstrava sua coragem, o novo policial podia ocupar seu lugar entre os demais corajosos policiais militares profissionais.

Num reflexo dessa atitude de intrepidez, um perpetrador de atrocidades afirmou que aquele treinamento preparatório o havia feito “perder o medo porque você se acostuma rigorosamente a tudo. (...) Você tem a sensação de que pode enfrentar tudo e todo mundo de qualquer tamanho – até mesmo o pugilista Mike Tyson”. Um policial do grupo de comparação lembrou-se de ter tido sentimentos tão onipotentes no dia da formatura que “queria interferir em todo tipo de problema. Eu me sentia como um super-herói (...) poderoso e invencível. Eu acreditava que (...) a autoridade não [deve] ser questionada. Foi o que eu aprendi”.

## O mundo secreto do trote e da violência

É evidente que o trote desempenhou papel essencial na criação de um conjunto complexo de sentimentos e atitudes entre os treinandos, que pode ter predisposto alguns deles para a violência contra inimigos de seu Estado. Ao moldar os treinandos da Polícia Militar como um exército em guerra contra a “subversão”, o trote, em particular, e outros dos treinamentos preparatórios em geral – especialmente os que promoviam a obediência irrefletida às ordens de comando – podem ter lançado uma semente particularmente favorável às agressões violentas e à rápida troca de tiros. Quando menos, pela mensagem enviada pelo trote de que a violência é normal, instrumentalmente eficiente e organizacionalmente admissível, a Polícia Militar ofereceu aos treinandos uma fórmula de violência que

podiam levar para o trabalho de campo. De fato, dos oito policiais militares que admitiram francamente ter recebido trote durante o treinamento preparatório na academia, cinco estavam entre os seis perpetradores de atrocidades comprovados. Até mesmo o único policial militar perpetrador de atrocidades que não afirmou ter sofrido trote durante o treinamento preparatório – Jorge – havia sido submetido a grande quantidade de trote brutal durante os muitos anos que passou na Febem. Em contraposição, apenas três dos oito policiais militares facilitadores admitiram ter sofrido trote no treinamento preparatório por que passaram. Isso poderia parecer indicar que a experiência com o trote pode ter contribuído, pelo menos, para criar um potencial para a perpetração de atrocidades.

Contudo, a relação entre trote e atrocidade não é tão clara quanto parece ser. Primeiro, dos policiais militares que não mencionaram ter sofrido trote, quer antes do treinamento preparatório (Jorge) quer durante ele – ou que negaram categoricamente ter passado por isso –, há boas razões para suspeitar que, em sua maioria, sofreram trote. Porém, qual a evidência de que os policiais do grupo de comparação na verdade sofreram trote? Tudo o que extraímos a respeito do treinamento preparatório dos policiais militares entrevistados, fossem eles oficiais ou soldados rasos, ou dos relatos de jornalistas sobre esse treinamento, indica que tanto durante o período militar do Brasil, quanto durante o período de redemocratização, o trote era parte integrante do treinamento dos policiais militares. Assim, em vez de considerar que a ausência de informação de alguns dos entrevistados sobre o trote indica que esses policiais não o sofreram, propomos ser muito provável que esses policiais estivessem sonhando essa informação. As razões para esse sigilo estão na punição esperada por falar sobre esse assun-

to, nas ameaças à solidariedade do grupo resultantes de sua revelação e em nossas dificuldades lingüísticas para solicitar informações sobre isso.

De fato, a razão mais constrangedora para que os policiais militares entrevistados mantivessem em segredo o trote de sua academia talvez fosse que, durante o período em que as entrevistas foram feitas, havia muita publicidade negativa no Brasil a respeito do trote brutal, perigoso e racista realizado pela organização da Polícia Militar. A reação da organização por todo o Brasil foi proibir a seus membros que falassem sobre quaisquer aspectos do treinamento preparatório, entre os quais especialmente o trote da Polícia Militar. Os dirigentes advertiam que revelações desse tipo poderiam resultar, no mínimo, em penalidades e até mesmo em prisão e/ou dispensa da corporação. Contudo, grupos de protesto de policiais militares por todo o Brasil continuaram a vaziar informações sobre práticas antigas e atuais de trote para a imprensa brasileira, entre as quais documentários gravados em videotape de atividades violentas e racistas da semana infernal das Polícias Militares de Brasília e Minas Gerais. Essas revelações em videotape deixam pouca dúvida sobre o fato de o trote ter sido e continuar a ser um componente fundamental do treinamento preparatório dos policiais militares.

Contudo, a ameaça de violência não foi o único motivo a impedir que alguns entrevistados falassem sobre o trote em seu treinamento preparatório. Motivo talvez ainda mais constrangedor para manter o silêncio sobre o trote é que o sigilo une suas vítimas umas às outras e à organização mais ampla e representa uma proteção do núcleo central da organização contra estranhos que a criticam. Como assinalou Simmel (1950), assim que o segredo de um grupo é revelado, algo da sua identidade se perde. No caso do trote da Academia da Polícia Militar, essa

prática vincula os treinandos a uma entidade organizacional cuja existência se define e se fortalece por meio do sigilo sobre a violência.

Finalmente, dado o sigilo formal e informalmente imposto a respeito do trote, foi naturalmente difícil conceber perguntas para as entrevistas que garantissem informações acerca desse assunto. Por exemplo, logo ficamos sabendo que a palavra “trote” usada para descrever essa prática provocava silêncio ou uma polêmica a respeito. Por exemplo, um antigo policial militar perpetrador de atrocidades reagiu irritado a nossas perguntas diretas sobre “trote” dizendo que seu treinamento preparatório “absolutamente não era ‘trote’”. “Certamente”, seu grupo de oficiais em treinamento tinha de “lustrar 32 pares de botas de campanha imundas”, mas isso era diferente de “trote, que seria fazer flexões de braço, (...) correr em volta dos alojamentos por dez minutos”. Para esse entrevistado, lustrar botas não era “trote” porque dava aos futuros oficiais “uma espécie de lição de humildade. (...) Antes de dar ordens, você tem que ser capaz de obedecer”. Não obstante, ele foi computado como um dos que admitiram a ocorrência do trote.

A partir dessa reação e das de outros entrevistados a nossas questões sobre o trote, ficamos sabendo, por um lado, que não podíamos supor que nós e nosso entrevistado tínhamos a mesma definição de “trote” e, por outro lado, que se limitássemos os casos de “trote” àquilo que os entrevistados davam como a definição mais politicamente aceitável para eles – e usássemos essas respostas como uma descrição de trote – deixaríamos de captar a maior parte do trote que ocorrera. Como não conseguimos encontrar uma única palavra portuguesa para traduzir *hazing*, que captasse todas as suas diversas manifestações, empregamos muitas palavras para investigar sua existên-

cia no treinamento preparatório da Polícia Militar. Por exemplo, indagamos sobre o tipo de “treinamento físico” por que passara o treinando; sobre se “exercícios físicos” haviam sido usados como castigo; sobre os tipos de atividades físicas ou psicológicas para a “construção da disciplina” por que passara o treinando. Essa linha de indagações ajudou a revelar informações sobre atividades que normalmente seriam chamadas de *hazing*. Entretanto, mesmo com essa abordagem mais indireta, alguns policiais militares que, muito provavelmente, terão sofrido trote, não revelaram informações sobre ele em sua experiência no treinamento preparatório.

Contudo, se, a partir dessa discussão teórica e empírica, supusermos que o trote era e é freqüente no currículo de treinamento de policiais militares, isso põe em xeque o pressuposto de que há uma relação entre trote e atrocidade: os facilitadores também sofreram trote, mas aparentemente não praticaram atrocidades sistemáticas. Enfrentamos, pois, um espinhoso problema teórico: se o grupo de comparação sofreu trote e, no entanto, não cometeu atrocidades sistemáticas, então qual é a relação do trote sofrido no treinamento dos policiais militares com a atrocidade? Uma vez que não podemos afirmar que o trote cria ativamente perpetradores de atrocidades, propomos que, ao fomentar obediência grupal irrefletida à autoridade, instituiu uma das vigas mestras institucionais importantes na criação de certos tipos de atrocidade. O trote modela os policiais militares treinandos como equipes militarizadas de atrocidade modelando a violência, criando a obediência cega à autoridade, concretizando o vínculo grupal para a prática “reflexa” da violência e criando o “descomprometimento moral” que dissimula e justifica essa violência. Os policiais militares uniformizados, muitos dos quais praticam agressões e assassinatos co-

letivamente aos olhos do público, tinham de se apresentar e ser considerados por estranhos como atuando legitimamente de comum acordo contra um “inimigo” social e político. O trote é um mecanismo de institucionalização da solidariedade de equipe, da ação do grupo e do controle hierárquico para a demonstração convincente dessa legitimidade operacional. Como explicou um policial militar do grupo de comparação,

tínhamos que ser fisicamente fortes. Tínhamos que mostrar que éramos homens pela força física. (...) Tínhamos que agüentar, dar conta de todos os tipos de exercícios e de um número absurdo de repetições, como cem flexões de braços (...) Então, depois de uma porção de exercícios, safamos de lá. Íamos mostrar para as pessoas lá fora que somos unidos, felizes (...) Demonstramos [pelo exercício] que somos um grupo de (...) homens fortes, valentes (...) Isso é parte da lavagem cerebral que você sofre.

Se é para os policiais militares acabarem com as agressões de rua “politicamente legítimas” e atirarem sobre multidões e assassinares “malfeitores” suspeitos (não legalmente sentenciados), então sua violência tem de se mostrar como um trabalho de equipe, profissional e disciplinado. Em parte, a qualidade da própria ação do grupo (por exemplo, organização, preparo, uniformidade) confere legitimidade à violência do grupo. Em tais condições, nem um único membro de uma equipe pode se desviar do “roteiro” militarizado do grupo; a violência do grupo deve parecer produto de um grupo coeso. Ao inculcar a obediência à autoridade da organização da Polícia Militar e a suas metas políticas e de controle social, o treinamento preparatório, em geral, e o trote, em particular, ajudam a moldar os

treinandos como agentes mais previsíveis e controláveis da organização do Estado. Os ex-treinandos podem não ter sido modelados para ser funcionários institucionais mas, em seu desempenho público, pelo menos tinham de parecer que eram.

Resumindo o processo de modelagem da obediência, Roberto – aquele que, como policial militar em um esquadrão da morte, afirmou ter “perdido o controle” quando se afastou da disciplina do grupo e disparou contra quatro pessoas – explicou que os dirigentes da Polícia Militar “consideravam a disciplina essencial: na escola, o policial é treinado para agüentar tudo; é humilhado e sofre pressão psicológica que (...) põe à prova seu nível de treinamento policial”. Claro que, como o caso de Roberto indica, o resultado desse tipo de disciplina violenta no estabelecimento do controle dos policiais militares pode ser execuções sumárias, em serviço ou nas folgas, o que contribuiu, no caso de Roberto, para que fosse definido como um policial de “masculinidade mista”.

Contudo, como o treinamento preparatório era concluído no começo da carreira de um policial militar, a qual pode ter sido de vários anos e de algumas promoções antes que esse policial começasse a cometer sistematicamente agressões e execuções em série, devemos estudar outros possíveis fatores subsequentes que levaram alguns policiais militares a perpetrar essas atrocidades. Além disso, como a maioria dos perpetradores de atrocidades da Polícia Civil não recebeu treinamento preparatório e como eles tendem com muita freqüência a envolver-se em tortura, não em assassinato, precisamos examinar os fatores que podem ter modelado alguns policiais civis como perpetradores de atrocidade. Finalmente, precisamos buscar pontos comuns nas carreiras dos civis perpetradores de atrocidade da Polícia Militar e da Polícia Civil que liguem essas or-

ganizações e expliquem a atrocidade em série de modo mais geral.

No próximo capítulo, ampliamos nossos estudos sobre como são modelados os perpetradores de atrocidades, demonstrando que as atrocidades dos policiais brasileiros foram em geral resultado de certos tipos de filiação organizacional que definiram as carreiras dos perpetradores de atrocidade – fossem eles policiais civis ou militares. No decorrer dessa busca, revelamos novas camadas de informação sobre como as estruturas e os processos organizacionais do trabalho moldaram a dinâmica organizacional e interpessoal dos policiais que se tornaram perpetradores de atrocidades em série. Assim, enquanto este capítulo centrou-se no que se poderia chamar de experiências explicitamente anormais e “más” que modelaram alguns policiais brasileiros como perpetradores de atrocidades de certos tipos, o próximo capítulo examina as estruturas e as atividades normalmente banais que, de maneira mais informal, fomentaram e fortaleceram as atrocidades em série, fossem elas tortura ou assassinato.

## Capítulo 10

# O mundo secreto e fechado dos torturadores e dos executores em série

A crueldade tem um coração humano e o ciúme, um rosto humano; o terror, a forma humana perfeita, e o sigilo, a roupagem humana.

William Blake, “*A divine image, I*”, *Songs of innocence and songs of experience*

Quem caça monstros precisa cuidar-se para que, no correr do processo, não se torne, ele também, um monstro.

Rafael Perez, policial da unidade Crash, condenado,  
Divisão Rampart, Departamento de Polícia  
de Los Angeles, Cannon, 2000

Este capítulo examina os fatores estruturais e interacionais que fizeram policiais brasileiros relativamente comuns se tornarem perpetradores de atrocidades em série. Começamos este estudo com uma descrição do ingresso de vários policiais brasileiros em organizações policiais especializadas, unidades de controle social, ou esquadrões da morte “informais”. Evidentemente, essas mudanças de carreira – que encerraram seus membros em uma cultura isolada, abrangente e operacionalmente violenta – deram início à transformação desses policiais de “tiras” comuns em perpetradores de atrocidades em série.